

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 04.247.792/0001-54

Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas, cumprindo determinação da Legislação vigente, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeira relativas ao exercício social em 31/12/2021. Christopher John Ogle Freeman - Diretor Presidente - CPF: 853.543.768-15.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Balancos patrimoniais 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
		Individual	Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.870	27.447	16.314
Contas a receber	6	134.782	99.950	167.059
Estoques	7	32.739	29.344	101.624
Despesa antecipada		1.362	978	5.080
Impostos e contribuições a recuperar	8	4.378	3.729	30.828
Adiantamentos a fornecedores		-	-	15.107
Outros ativos financeiros		138	76	502
Total do ativo circulante		184.269	161.524	336.514
Não circulante				
Depósitos judiciais	18	9.762	7.193	11.765
Impostos e contribuições a recuperar	8	159	161	6.086
Impostos diferidos		2.293	1.252	4.370
Propriedade para investimento		-	-	194
Investimentos	10	435.406	386.190	-
Imobilizado	11	9.638	10.358	376.422
Ativos de direito de uso	25	27.587	29.839	64.777
Intangível	12	513	1.305	28.272
Total do ativo não circulante		485.358	436.298	491.886
Total do ativo		669.627	597.822	828.400
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações dos resultados abrangentes				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
		Individual	Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Lucro líquido do exercício		65.324	70.790	65.324
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total dos resultados abrangentes		65.324	70.790	65.324
Atribuído ao acionista controlador		-	-	65.324
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Reservas de Lucros					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de subvencão	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.914	250.387	43.984	583	112.096	18.473
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.790
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.667)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(15.333)
Reserva de subvencão	-	-	9.459	-	-	(9.459)
Realização do custo atribuído de controlada	-	-	-	-	-	(7.671)
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	-	36.331	(36.331)
Saldos em 31 de dezembro 2020	2.914	250.387	53.443	583	148.427	10.802
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	65.324
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(11.671)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(13.329)
Reserva de subvencão	-	-	12.011	-	-	(12.011)
Realização do custo atribuído de controlada	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	-	28.313	(28.313)
Saldos em 31 de dezembro 2021	2.914	250.387	65.454	583	176.740	10.802
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Ponteland Distribuição S.A. ("Ponteland" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Barão de Tefé, 34, 14º andar, Saúde, Rio de Janeiro/RJ, que tem como objeto social produção, comercialização e distribuição, no atacado e varejo, de produtos farmacêuticos, higiene e limpeza pessoal, cosméticos e perfumarias, especialmente das marcas Granado e Phebo. A Companhia em conjunto com suas subsidiárias forma o Grupo Granado ("Grupo Granado" ou "Grupo"). Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo conta, em nível nacional, com uma unidade fabril, um centro de distribuição, 87 lojas, além de escritórios administrativos e de vendas. **Impactos relacionados à COVID-19:** A Administração da Companhia vem acompanhando os desdobramentos relacionados a pandemia da COVID, observando com a devida atenção as orientações das autoridades brasileiras e internacionais e vem adotando diversas medidas para preservação da saúde de seus colaboradores, fornecedores e parceiros. No dia 18 de março de 2020, devido a medidas de segurança todas as lojas físicas foram fechadas. A unidade fabril se manteve aberta, por ser considerada atividade essencial, mas foram adotadas todas as medidas de proteção no complexo industrial, medição de temperatura, utilização de máscaras, higienização do ambiente, fretamento de ônibus para o transporte dos funcionários, dentre outras medidas que visam a integridade de nossos colaboradores. Tendo em vista o atual cenário de incertezas e a imprevisibilidade de retomada total, a Companhia adotou forte conservadorismo na alocação de capital, para preservar sua liquidez no curto prazo. Algumas medidas foram tomadas para diminuição do impacto do COVID-19. (a) A Companhia implantou os mecanismos previstos na Medida Provisória nº 1045/2021, com redução de jornada de trabalho para os colaboradores do escritório até 25 de agosto de 2021 e para os colaboradores das lojas nos meses que os municípios adotaram horário reduzido de funcionamento. (b) As negociações com os principais administradores de shoppings resultaram em uma redução/desconto nos pagamentos de aluguel, condomínio e fundo de promoção, procurando adequar esta despesa ao nível da receita atual. A redução contemplou aproximadamente 5 meses e não altera as condições contratuais preexistentes. As lojas físicas, quase que em sua totalidade, foram fechadas no mês de março de 2021, operando apenas com delivery e, posteriormente, com pontuais fechamentos regionais. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, e foram elaboradas considerando o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Companhia preparou essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com base no pressuposto de continuidade operacional. A administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia e suas controladas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pela Administração em 25 de fevereiro de 2022. **3. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2021. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida); • Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a esta presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas, cuja participação percentual na data do balanço encontra-se apresentada abaixo:

Controladas	Referência	Cidade	Controle	Participação
Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A. ("Granado")	(a)	Rio de Janeiro/RJ	Direto	99,99%
Jeumont Comércio Varejista Ltda. ("Jeumont")	(b)	Rio de Janeiro/RJ	Direto	100%
Granado France ("Granado França")	(c)	Rio de Janeiro/RJ	Indireto	99,99%

(a) Unidade fabril de cosméticos e medicamentos; (b) Varejista de produtos cosméticos e farmacêuticos; (c) Varejista de produtos cosméticos. **4. Principais políticas contábeis:** **4.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimentos de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeito a risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos, são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **4.2. Contas a receber:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda dos produtos cosméticos, farmacêuticos e medicamentos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e são reconhecidas na medida em que a contraprestação que é incondicional por devida pelo cliente. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para perdas de créditos esperadas. A provisão para perdas de créditos esperadas e glosas foram constituídas por montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. **4.3. Estoques:** Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o seu custo médio e o valor líquido realizável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para realizar a venda. A Companhia e suas controladas consideram em sua provisão para perdas nos estoques os materiais com prazo de validade expirado ou próximo da data de expiração, registrados como "custo dos produtos vendidos". **4.4. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, ajustado pelo custo atribuído dos bens, e reduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com reparos e manutenção são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho

		Individual	Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	29.365	28.317	39.256
Fornecedores	14	14.646	10.341	82.839
Obrigações trabalhistas	15	7.225	5.831	20.701
Obrigações tributárias	16	21.078	13.706	28.536
Tributos parcelados	17	122	293	5.743
Juros sobre capital próprio/dividendos a pagar	19	-	-	-
Arrendamentos	25	3.263	3.103	16.732
Outros		1.356	673	1.341
Total do passivo circulante		77.055	62.264	195.148
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	53.250	31.326	62.694
Provisão para contingências	18	20	20	831
Partes relacionadas	9	4.548	7.443	-
Tributos parcelados	17	1.454	1.965	6.245
Impostos diferidos	11	-	-	4.393
Arrendamentos	25	26.420	28.248	52.209
Total do passivo não circulante		85.692	69.002	126.372
Patrimônio líquido	19			
Capital social		2.914	2.914	2.914
Reserva de capital		250.387	250.387	250.387
Reserva de subvencão		65.454	53.443	65.454
Reserva legal		583	583	583
Retenção de lucros		176.740	148.427	176.740
Ajustes de avaliação patrimonial		10.802	10.802	10.802
Total patrimônio líquido		506.880	466.556	506.880
Total do passivo e patrimônio líquido		669.627	597.822	828.400
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)						
	Reservas de Lucros					
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de subvencão	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.914	250.387	43.984	583	112.096	18.473
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	70.790
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(9.667)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(15.333)
Reserva de subvencão	-	-	9.459	-	-	(9.459)
Realização do custo atribuído de controlada	-	-	-	-	-	(7.671)
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	-	36.331	(36.331)
Saldos em 31 de dezembro 2020	2.914	250.387	53.443	583	148.427	10.802
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	65.324
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(11.671)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(13.329)
Reserva de subvencão	-	-	12.011	-	-	(12.011)
Realização do custo atribuído de controlada	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucro	-	-	-	-	28.313	(28.313)
Saldos em 31 de dezembro 2021	2.914	250.387	65.454	583	176.740	10.802
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.						

perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada para reduzir o custo de itens do imobilizado menos seus valores residuais estimados, usando o método linear ao longo da vida útil e é reconhecida na demonstração do resultado. A vida útil estimada dos bens são as seguintes: Prédios e benfeitorias 4%, Móveis e utensílios 10%, Instalações 10%, Maquinas e equipamentos 5 e 6%, Computadores e periféricos 20%, Veículos 20%. Beneficiárias e imóveis de terceiros Tempo de contrato Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram registrados com base em laudo de empresa especializada deduzido de depreciação e eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). **4.5. Intangível:** Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes e luvas por ponto de venda da rede de varejo (Jeumont). Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de custo ou despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva. **4.6. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **4.7. Tributos: Tributos sobre vendas:** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Programa de Integração Social - PIS 1,65% - 2,20%, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS 7,60% - 10,30%, Imposto sobre Serviços - ISS 5%, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS 19% **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor esperado para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas de tributos que estejam em vigor no fim do exercício. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. **Imposto diferido:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. **4.8. Arrendamentos:** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O Grupo como arrendatário: O grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento nos contratos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **4.9. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo

		Individual	Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021
Receita operacional líquida	20	683.403	542.224	801.807
Custo dos produtos vendidos	21	(457.390)	(323.842)	(434.176)
Lucro bruto		226.013	218.382	367.631
Remuneração dos administradores	9	(480)	(480)	(948)
Despesas com vendas	22	(90.312)	(69.946)	(135.083)
Despesas gerais e administrativas	22	(64.130)	(53.274)	(138.736)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(20)	(239)	3.023
Resultado de equivalência patrimonial	10	11.196	864	-
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social		82.267	95.307	95.887
Receitas financeiras	24	1.163	1.441	5.539
Despesas financeiras	24	(7.978)	(5.613)	(18.995)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		75.452	91.135	82.431
Imposto de renda e contribuição social - corrente	23	(11.169)	(20.558)	(17.174)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	23	1.041	213	67
Lucro líquido do exercício		65.324	70.790	65.324
Atribuído ao acionista controlador		-	-	65.324
Atribuído ao acionista não controlador		-	-	-
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)				
	Reservas de Lucros			
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de subvencão	Reserva legal
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.914	250.387		

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 04.247.792/0001-54

estimativas contábeis. O Grupo avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**, as alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo. **OPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis**: As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. O Grupo está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas. **4.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvem o risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: *Vida útil dos ativos imobilizado e intangível*: A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Sociedade ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. *Provisões para riscos cíveis e trabalhistas*: O Grupo reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber*: A provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Bancos	1.691	332	7.135	7.030
Aplicações financeiras	9.179	27.115	9.179	27.666
	10.870	27.447	16.314	34.696

O saldo de bancos é constituído por valores disponíveis em contas bancárias, sem remuneração. As aplicações financeiras do Grupo referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Tanto as aplicações financeiras quanto os saldos em contas bancárias são mantidos em sua totalidade em bancos de primeira linha, podendo ser resgatados a qualquer tempo.

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Duplicatas a receber	134.060	100.637	128.290	94.556
Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber	(1.560)	(1.546)	(1.563)	(1.546)
Recebíveis de operações de cartão de crédito	-	-	37.117	24.228
Outros valores a receber	2.282	859	3.215	1.429
	134.782	99.950	167.059	118.667

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vencimento de duplicatas a receber:	131.835	98.363	126.065	92.282
A vencer	464	415	464	415
Vencidas	124	103	124	103
Até 30 dias	109	210	109	210
De 30 a 60 dias	1.528	1.546	1.528	1.546
De 60 a 180 dias	134.060	100.637	128.290	94.556
Acima de 180 dias	-	-	-	-

Movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas: A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	1.546	1.495	1.546	1.495
Provisão	14	51	17	51
Saldo no final do exercício	1.560	1.546	1.563	1.546

O saldo a receber de clientes é representado, principalmente, por vendas efetuadas a pessoas jurídicas e recebíveis de operações com cartão de crédito. Em função do curto prazo das operações de vendas, o ajuste a valor presente foi considerado irrelevante pela Administração da Companhia na data-base das demonstrações financeiras.

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Produto acabado	30.674	26.702	52.635	48.282
Produto acabado em poder de terceiros	-	-	197	1.211
Materia-prima e material de embalagem	2.065	2.642	42.963	40.572
Material de uso e consumo	-	-	8.537	6.119
Provisão para perda de estoques	-	-	(2.708)	-
	32.739	29.344	101.624	96.184

O Grupo avalia quanto ao valor recuperável dos estoques e, em caso de perda, esta é reconhecida no resultado do período. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para perda de estoques nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-
Provisões	-	-	2.708	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	2.708	-

Descrição	Individual						Total
	Benefício-Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado	Veículos	
Taxa de depreciação anual	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)
Custos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	996	14.038	1.382	1.532	2.917	1.001	21.866
Adições	-	-	34	11	-	-	56
Baixas	-	-	-	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	996	14.038	1.416	1.543	2.916	1.001	21.966
Depreciação	(786)	(4.597)	(1.033)	(843)	(2.605)	(559)	(10.423)
Adições	(92)	(617)	(111)	(138)	(130)	(100)	(1.188)
Baixas	-	-	-	-	3	-	3
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(878)	(5.214)	(1.144)	(981)	(2.732)	(659)	(11.608)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2019	210	9.441	349	689	312	442	11.443
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2020	118	8.824	272	562	184	342	10.358

Descrição	Individual						Total
	Benefício-Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Imobilizado	Veículos	
Taxa de depreciação anual	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)
Custos	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	996	14.038	1.416	1.543	2.916	1.001	21.966
Adições	41	9	-	27	134	187	398
Baixas	-	-	-	-	(5)	(465)	(470)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.037	14.047	1.416	1.570	3.045	536	21.894
Depreciação	(878)	(5.214)	(1.144)	(981)	(2.732)	(659)	(11.608)
Adições	(19)	(688)	(62)	(123)	(85)	(90)	(1.067)
Baixas	-	-	-	-	5	414	419
Saldos em 31 de dezembro de 2021	(897)	(5.902)	(1.206)	(1.104)	(2.812)	(335)	(12.256)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2020	118	8.824	272	562	184	342	10.358
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2021	140	8.145	210	466	233	201	9.638

Descrição	Consolidado						Total		
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos		Veículos	Imobilizado
Taxa de depreciação anual	-	4%	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)
Custos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	16.238	149.000	36.508	39.553	123.190	19.616	11.604	3.789	13.051
Adições	-	-	15.303	3.870	6.489	2.228	1.932	-	35.409
Baixas	-	-	(4.678)	-	(1.683)	(885)	(221)	-	(372)
Alienação	(10.550)	(6.198)	-	-	(179)	-	-	(143)	-
Transferências	-	-	62	-	(271)	169	(16)	-	56
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.688	142.802	47.195	43.423	127.546	21.128	13.299	3.646	48.144
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	(19.371)	(10.963)	(21.059)	(35.549)	(9.240)	(7.652)	(2.201)	-
Adições	-	(5.703)	(3.785)	(3.276)	(10.280)	(1.985)	(1.635)	(422)	(415)
Baixas	-	-	4.463	-	1.608	802	2	-	6.875
Alienação	-	2.119	-	-	175	-	-	84	-
Transferências	-	-	-	-	45	(45)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(22.955)	(10.285)	(24.335)	(44.001)	(10.468)	(9.285)	(2.539)	(415)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2019	16.238	129.629	25.545	18.494	87.641	10.376	3.952	1.588	13.051
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2020	5.688	119.847	36.910	19.088	83.545	10.660	4.014	1.107	47.729

Descrição	Consolidado						Total		
	Terrenos	Prédios e benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos		Veículos	Imobilizado
Taxa de depreciação anual	-	4%	10%	(*)	10%	10%	20%	20%	(**)
Custos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.688	142.802	47.195	43.423	127.546	21.128	13.299	3.646	48.144
Adições	-	-	992	3.232	3.228	7.059	1.316	1.723	59.816
Baixas	-	-	(132)	(492)	(582)	(4.368)	(49)	(1.429)	(2.469)
Transferências	-	-	3.458	-	(84)	-	-	(3.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.688	142.802	51.513	46.163	130.108	23.819	14.566	3.940	102.117
Depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	-	(22.955)	(10.285)	(24.335)	(44.001)	(10.468)	(9.285)	(2.539)	(415)
Adições	-	(5.706)	(3.938)	(3.400)	(10.043)	(2.128)	(1.611)	(546)	(184)
Baixas	-	-	20	495	360	136	47	1.304	-
Transferências	-	-	(173)	-	-	-	173	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	(28.661)	(14.376)	(27.240)	(53.684)	(12.460)	(10.676)	(1.781)	(599)
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2020	5.688	119.847	36.910	19.088	83.545	10.660	4.014	1.107	47.729
Imobilizado líquido em 31 de dezembro de 2021	5.688	114.141	37.137	18.923	76.424	11.359	3.890	2.182	101.518

(*) A depreciação adotada para o grupo de benfeitorias em bens de terceiros é calculada de acordo com período constante no contrato de aluguel. (**) O saldo de imobilizado em andamento refere-se à importação de máquinas no valor de R\$ 7.226 e R\$ 74.647 de projetos para ampliação da unidade fabril de Japeri. O saldo remanescente do imobilizado em andamento refere-se à outras melhorias necessárias as instalações fabris. O saldo contábil de R\$5.182 refere-se aos imóveis da fábrica do Senado, a qual foi desativada em 2015, possui o valor de mercado de aproximadamente R\$14.000, conforme laudo de avaliação emitido por empresa especializada. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil, foram classificados como ativos imobilizados e registrados nas rubricas "Veículos", "Computadores e periféricos" e "Máquinas e equipamentos" perfazendo um total de R\$ 2.110, sendo R\$ 344, R\$1.616 e R\$150 em 2021. (R\$2.575, sendo R\$809, R\$1.616 e R\$150, em 2020). Estes ativos são garantias dos referidos arrendamentos.

Descrição	Individual		2020
	2021	2020	
Custos	6.290	6.290	-
Saldo inicial	2	-	-
Adições	6.292	6.290	-
Saldo final	(4.985)	(4.985)	-
(-) Amortização	(794)	-	-
Saldo inicial	(5.779)	(4.985)	-
Adições	513	1.305	-
Saldo final	-	-	-
Intangível líquido	-	-	-

	Individual		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (i)	1.845	946	13.487	7.457
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL (i)	604	279	2.906	2.029
Imposto de Renda Retido na Fonte	139	70	451	382
Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (ii)	7	112	1.774	4.075
PIS/COFINS a recuperar (iii)	1.942	2.483	17.792	11.808
Outros impostos	-	-	504	540
	4.537	3.890	36.914	25.563
Circulante	4.378	3.729	30.828	23.003
Não circulante	159	161	6.086	2.560
	4.537	3.890	36.914	25.563

(i) Os valores de IR e CSLL referem-se a antecipações efetuadas por estimativa a serem compensadas com apurações futuras. (ii) O valor de ICMS a recuperar é proveniente das aquisições de ativo fixo, na construção da fábrica no Município de Japeri. (iii) O valor de PIS/COFINS a recuperar é proveniente da tomada de crédito, referente as despesas de aluguéis do Grupo.

	Individual		2020
	2021	2020	
Mútuos - Casa Granado	197	2.777	-
Mútuos - Jesmond	4.351	4.666	-
	4.548	7.443	-

Sobre os saldos não há a incidência de juros ou atualização monetária, bem como não possuem prazo definido para liquidação. A remuneração dos membros da Diretoria é fixada anualmente pelo Conselho de Administração. A remuneração total dos administradores da Ponteland foi de R\$480 (R\$480 em 2020) e a nível consolidado foi de R\$ 948 (em R\$948 em 2020) no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, consistentes com os limites estabelecidos em Assembleia Geral. O Grupo não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a administração e seus empregados. **10. Investimentos. a) Participações societárias**

	Participação	Quantidade de ações/quotas		Ativo Passivo		Receita líquida		Lucro líquido do exercício
		(mil)	(mil)	líquido	lí			

PONTELAND DISTRIBUIÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 04.247.792/0001-54

17. Tributos parcelados	Individual	Consolidado
Parcelamento simplificado (i)	2021 2020	2021 2020
CSLL	77 138	77 138
IRPJ	249 446	3.162 5.120
Refis Lei nº 11.941/09	1.250 1.674	8.749 16.146
Total	1.576 2.258	11.988 21.404
Circulante	122 293	5.743 7.532
Não circulante	1.454 1.965	6.245 13.872
Total	1.576 2.258	11.988 21.404

(i) O Grupo aderiu ao Programa Especial de Parcelamento de Débitos Tributários e Previdenciários para com a União Novo Refis, instituído pela Lei nº 11.941/09, destinado às empresas que possuam débitos por tributos fiscais e previdenciários administrados pela Receita Federal do Brasil. O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da Taxa Selic e esta atualização encontra-se registrada no passivo em contrapartida no resultado do exercício. Os vencimentos do principal e dos encargos dos parcelamentos de tributos são como segue:

	Individual	Consolidado
2021	122 293	5.743 7.532
2022 a 2024	1.454 1.965	6.245 13.872
Total	1.576 2.258	11.988 21.404

18. Provisão para contingências: O Grupo é parte integrante de processos de naturezas fiscal, trabalhista e cível. Com base na análise individual destes processos, tendo como suporte a opinião de seus advogados, foram provisionadas as causas que apresentam risco de perda provável, que em 31 de dezembro de 2021 e 2020, montavam a:

	Individual	Consolidado
2021	20 20	531 2.111
2022 a 2024	- -	300 300
Total	20 20	831 2.411

Trabalhistas: O Grupo é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos do Grupo, constata-se que nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, sendo as discussões relacionadas principalmente a reclamações de horas extras, domingos e feriados laborados e não pagos, entre outros. **Cíveis:** O Grupo responde por ações judiciais de natureza cível decorrentes do curso ordinário de suas operações. O montante indicado como passivo referente a essas questões foi avaliado pelos consultores jurídicos do Grupo considerando sua experiência com naturezas semelhantes. O Grupo tem discussões com o Município do Rio de Janeiro relativo à progressividade do IPTU, auto de infração no estado relativo à não tributação de imposto na saída de mercadoria e auto de infração do IBAMA por deixar de se inscrever no Cadastro Técnico Federal. Movimentação da provisão para contingências:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	2.111	300	2.411
Provisões	-	-	-
Baixas	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.111	300	2.411
Provisões	451	-	451
Reversão	(1.451)	-	(1.451)
Pagamento	(580)	-	(580)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	531	300	831

O Grupo efetuou depósitos judiciais, os quais totalizam R\$11.765 em 31 de dezembro de 2021 (R\$9.237 em 31 de dezembro de 2020) referentes a questionamentos de ordem trabalhista e fiscal, conforme demonstrado abaixo:

	Individual	Consolidado
2021	- 41	2.003 904
2022	- 205	- 1.366
Fiscais	9.762 6.947	9.762 6.967
Total	9.762 7.193	11.765 9.237

Em 31 de dezembro de 2021 as contingências acompanhadas pelos consultores jurídicos externos avaliados com probabilidade de perda possível e não provisionadas, são como segue:

	Individual	Consolidado
2021	418 113	3.480 643
2022	436 -	436 100
Fiscais	205 5.323	10.821 5.323
Total	1.059 5.436	14.737 6.066

Trabalhistas: O Grupo é parte em ações judiciais de natureza trabalhista que se encontra em julgamento, aguardando a definição do juízo ou de responsabilidade subsidiária. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos do Grupo, constata-se que nenhuma dessas ações está passível de provisionamento até a presente data, sendo as discussões relacionadas principalmente a reclamações de horas-extras, domingos e feriados laborados e não pagos, vínculo empregatício, depósito FGTS entre outros. **Cíveis:** O Grupo responde por ações judiciais de natureza cível decorrentes do curso ordinário de suas operações. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos do Grupo, constata-se que nenhuma dessas ações está passível de provisionamento até a presente data, sendo as discussões relacionadas principalmente a ação de despejo, reintegração de posse entre outros. **Fiscais:** O Grupo responde à Secretaria de Estado da Fazenda do Pará referente à auto de infração. Com base no acompanhamento efetuado pelos consultores jurídicos do Grupo, constata-se que esta ação não está passível de provisionamento até a presente data. A empresa entrou com ação ordinária de natureza declaratória, com pedido de liminar, para afastar a equiparação do acadêmico ao industrial, em operações internas com cosméticos e produtos de higiene pessoal, especificamente para não pagar os valores a título de IPI, exigidos no Decreto Federal 8393/2015. Os valores são recolhidos mensalmente através de pagamentos por meio de depósito judicial. **19. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$2.914, está representado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como segue:

Acionistas	Quantidade	%
Morpeth Administração Participações S.A.	1.894	65
Antonio Puig S.A.	1.020	35
	2.914	100

b) Reserva legal: Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude das reservas já constituídas ultrapassarem os limites estabelecidos na Lei 6.404/76. **c) Destinações do lucro:** O estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos, da ordem de 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Ademais, a Companhia destinou aos seus acionistas o valor de juros sobre capital próprio ("JSCP"), a título de dividendos conforme o art. 202 da Lei nº 6.404. Durante o exercício de 2021, os dividendos e JSCP totalizaram o montante de R\$25.000, conforme demonstrado abaixo:

	Individual	Consolidado
Lucro líquido do exercício	65.324	(12.011)
(-) subvenções fiscais	-	53.313
Base para dividendo mínimo	65.324	(13.329)
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	16.331	(11.671)
Juros sobre capital próprio	28.313	-
Destinação reserva de lucros	28.313	-

d) Reserva de subvenção: A reserva de subvenção constituída pelo Grupo é referente a benefícios fiscais de ICMS obtidos desde o exercício social de 2004. **e) Reserva de retenção de lucros:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de retenção de lucros, ressalvada a destinação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta pela Administração. Em 2021, a Companhia destinou R\$28.314 (R\$36.331 em 2020) do lucro auferido no exercício para a reserva de retenção de lucros. Em 31

de dezembro de 2021 a Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

20. Receita operacional líquida	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Venda de mercadorias	810.169 639.255	936.053 716.175
(-) Tributos sobre vendas	(128.046) (95.561)	(133.911) (96.523)
(-) Devoluções	(10.731) (10.929)	(12.469) (12.125)
(+) Subvenções (i)	12.011 9.459	12.134 9.621
Total	683.403 542.224	801.807 617.148

(i) De acordo com os Decretos nº 35.418/2004 e nº 36.175/2004, a Granado e a Ponteland possuem subvenção de ICMS, que concede crédito presumido na apuração do tributo. Os decretos não possuem prazo de vencimento.

21. Custo dos produtos vendidos	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Venda de mercadorias	(455.721) (321.147)	(429.957) (306.046)
(-) Custo de vendas	158 (130)	(736) 78
(-) Variações/reversões estoque	(1.827) (2.565)	(3.483) (4.423)
(-) Outros custos	(457.390) (323.842)	(434.176) (310.391)
Total	(903.122) (648.042)	(873.973) (627.222)

22. Despesas por natureza: Apresentamos a seguir a segregação por natureza das despesas operacionais:

	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Despesas com vendas	(19.339) (16.263)	(59.361) (45.082)
Despesas com pessoal	(7.428) (3.945)	(8.385) (4.510)
Publicidade, propaganda e marketing	(8.408) (6.795)	(8.408) (6.795)
Promotores	(32.045) (24.792)	(32.776) (25.871)
Fretes	(18.858) (15.336)	(18.858) (15.336)
Trade marketing	(4.234) (2.815)	(7.290) (4.444)
Outras despesas	(90.312) (69.946)	(135.083) (102.038)
Total	(164.130) (127.347)	(188.736) (142.269)

Despesa gerais e administrativas
Despesas com pessoal
Aluguel
Serviços de terceiros
Concessionários de serviços públicos
Manutenção, conservação e limpeza
Depreciação e amortização
Amortização de arrendamentos
Despesas de viagem
Despesas de escritório
Outras despesas

23. Imposto de renda e contribuição social	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	75.453 91.135	82.431 91.135
Alíquota fiscal de IR/CS	34% 34%	34% 34%
Despesa à alíquota nominal	(25.654) (30.986)	(28.027) (30.986)
Multas e outras despesas indedutáveis	(111) (252)	(145) (252)
Subvenções governamentais	4.762 3.932	5.096 3.932
Outras adições e exclusões permanentes	10.875 6.961	5.970 6.961
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(10.128) (20.345)	(17.106) (20.345)
Alíquota efetiva	13% 22%	21% 22%

O Grupo constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R\$67 em 2021 e (R\$212 em dezembro de 2020) sobre diferenças temporárias originadas na Ponteland. Em função do histórico de prejuízos passados, não foram constituídos créditos tributários sobre prejuízos fiscais.

24. Resultado financeiro	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Receitas financeiras	72 89	73 89
Juros financeiros	924 1.141	924 1.141
Rendimentos de aplicação financeira	- -	1.597 4.509
Variação cambial	167 211	2.945 1.136
Outras receitas financeiras	1.163 1.441	5.539 6.875

Despesas financeiras
Juros sobre empréstimos e financiamentos
Juros sobre parcelamentos IOF
Tarifas bancárias
Juros financeiros
Variação cambial
Taxa administrativa de cartão
Despesa financeira sobre arrendamento
Outras

25. Arrendamentos: O Grupo possui contratos de arrendamento de suas lojas físicas e escritórios administrativos utilizados em suas operações. Os prazos de arrendamento das lojas físicas são 5 anos, enquanto os escritórios administrativos geralmente têm prazos de arrendamento entre 5 e 15 anos. As obrigações do Grupo nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Geralmente, o Grupo está impedido de ceder e sublocar os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão. A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

Ativo	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Direito de uso	37.674 36.199	111.149 94.626
Custo	(10.087) (6.360)	(46.377) (28.957)
Amortização acumulada	27.587 29.839	64.777 65.669

Movimentação de direito de uso	Custo acumulada	Depreciação
Saldo em 31 de dezembro de 2020	36.199 (6.360)	94.626 (28.957)
Adições	1.475 (3.727)	16.523 (18.132)
Baixas	- -	- 717
Saldo em 31 de dezembro de 2021	37.674 (10.087)	111.149 (46.377)

Passivo	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Passivo de arrendamento	38.802 41.880	83.238 85.833
Ajuste a valor presente	(9.119) (10.529)	(14.297) (16.001)
Total	29.683 31.351	68.941 69.832
Passivo de arrendamento - circulante	4.815 4.925	20.159 19.213
Ajuste a valor presente	(1.552) (1.822)	(3.427) (3.754)
Total	3.263 3.103	16.732 15.459

Escalonamento do passivo de arrendamento - não circulante	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
2022	4.111 4.598	15.634 15.701
2023	4.111 3.922	11.569 11.624
2024	4.111 3.922	7.807 8.367
2025	4.111 3.922	6.085 5.299
2026	4.039 3.922	5.102 4.884
2027 em diante	13.504 16.668	16.882 20.745
Total não circulante	33.987 36.954	63.079 66.620
Total	2021 2020	2021 2020
Encargos de depreciação	3.727 2.915	18.132 15.450
Despesas de juros sobre passivo de arrendamento	1.851 2.588	4.132 4.668

26. Cobertura de seguros: O Grupo mantém apólices de seguro contratadas junto a seguradoras do país considerando a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques além de apólice de responsabilidade civil e estão assim compostas:

Riscos cobertos (em reais)	Montante da cobertura	Individual	Consolidado	Vigência
Lucros cessantes decorrentes de raios/incêndio/explosão	288.502	288.502	21/12/2022	
Incêndio/raio/implosão/explosão de qualquer natureza	407.891	407.891	21/12/2022	
Veículos	100% FIPE	100% FIPE	27/06/2022	
Responsabilidade civil	15.000	15.000	27/06/2022	
Outras coberturas	12.303	12.303	01/05/2022	
Risco de engenharia - obra Japeri - 08/2013 a 06/2020	20.000	20.000	30/06/2022	

A apólice de seguro engloba as três empresas do Grupo, são elas: Casa Granado Laboratórios Farmácias e Drogarias S.A.; Ponteland Distribuição S.A. e Jesmond Comércio Varejista Ltda. **27. Instrumentos financeiros:** **27.1. Instrumentos financeiros por categoria:** Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologia de estimativa poderão ter um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Baseada nessa estimativa, a Administração entende que o valor contábil dos instrumentos financeiros equivale aproximadamente a seu valor de mercado. Os instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo podem ser mensurados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado, conforme abaixo: • Nível 1: a mensuração do valor justo é derivada e preços cotados (não corrigido) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos. • Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços). • Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possuem mercado ativo. A classificação dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento de seu reconhecimento inicial de acordo com o CPC 48. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo, em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, são como segue:

	Individual	Consolidado		
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021 31/12/2020		
Ativo	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	2	9.179 9.179	27.115 27.115
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	136.342 136.342	101.496 101.496
Passivo	Contas a receber de clientes	2	14.646 14.646	10.341 10.341
Fornecedores em moeda nacional	Custo amortizado	2	82.615 82.615	59.643 59.643
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	29.683 29.683	31.351 31.351
Arrendamentos	Custo amortizado	2	29.683 29.683	31.351 31.351

Ativo
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)
Contas a receber de clientes
Passivo
Fornecedores em moeda nacional
Empréstimos e financiamentos
Arrendamentos

27.2. Risco de taxa de juros: O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa CDI. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposto à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e SELIC. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Santander. Os resultados, em valores nominais, são como seguem:

Operação	Risco	Individual	Valor contábil	Cenário provável
Ativo	CDI	9.179	9.179	10.299
Equivalentes de caixa	CDI	(62.395)	(62.395)	(70.007)
Passivo	SELIC	(20.220)	(20.220)	(22.707)
Empréstimos	SELIC	(73.436)	(73.436)	(82.415)
Passivo líquido				(8.979)
Efeito líquido				12,20%
CDI (a.a.)				12,30%
Selic (a.a.)				12,30%

27.3. Risco de crédito: Esse instrumento financeiro refere-se principalmente às disponibilidades e as contas a receber do Grupo. Todas as operações de crédito do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. As contas a receber são concentradas substancialmente em clientes com reputação e solidez. A Administração não espera enfrentar dificuldades de realização dos créditos a receber. **27.4. Gestão de capital:** O objetivo da gestão de capital do Grupo é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios do Grupo e maximizar o valor aos acionistas. O Grupo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. O Grupo pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e arrendamentos, menos o montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Individual	Consolidado
2021	2020	2021 2020
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	82.615 59.643	101.950 79.464
Fornecedores (Nota 14)	14.646 10.341	82.839 71.925
Arrendamentos (Nota 25)	29.683 31.351	68.941 69.832
(-) Caixa e		